

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 12.

1 A gestão social diferencia-se, fundamentalmente, da
gestão privada e da gestão pública. A gestão privada
consiste no modo de gestão característico de organizações
4 que atuam em um espaço denominado de mercado ou
economia de mercado. A gestão pública, por sua vez,
refere-se ao modo de gestão praticado nas instituições
7 públicas de Estado e em suas demais instâncias. Na gestão
social, em um contexto de solidariedade e sustentabilidade,
a tomada de decisão coletiva ocorre por meio da
10 democracia deliberativa, sem coerção, norteada pela ação
racional e fundada na dialogicidade e intersubjetividade do
processo, que visa à emancipação como fim último.

13 Aqui, reside uma grande inovação para a disciplina
administrativa, pois se trata de compreender um ideal de
gestão que não se orienta, em primeiro lugar, para uma
16 finalidade econômica, o que contraria toda a tradição de
desenvolvimento das técnicas gerenciais em administração.
De fato, a expressão gestão social tem sido usada de forma
19 corrente, nos últimos anos, para identificar as mais variadas
práticas sociais de diferentes atores, não apenas
governamentais, mas também de organizações não
22 governamentais, associações, fundações, assim como
algumas iniciativas do setor privado, que se exprimem nas
noções de cidadania corporativa ou de responsabilidade
25 social da empresa. Uma das dimensões de abordagem
apresenta a gestão social como uma forma específica de
gestão, um *modus operandi*, em um nível micro, que pode
28 ser chamado de organizacional. Ela distingue-se ao propor
um tipo diferente de racionalidade como guia de suas ideias
e ações, superando a racionalidade tradicional
31 instrumental, a lógica de mercado, por outras com enfoques
mais sociais e emancipadores, tendo em vista a natureza e
a finalidade da organização.

Genauto Carvalho de França Filho. **Definindo gestão social**. In: Jeová
Torres Silva Júnior et al. **Gestão social: práticas em debate, teorias
em construção**. Juazeiro do Norte: UFC, 2008, p. 26-36.

Julgue os itens de 1 a 5 no que se refere às ideias do texto.

- 1 O texto, cujo tema central é a conceituação da gestão social no âmbito da Administração Pública, é opinativo.
- 2 Conforme o texto, a gestão social, embora pretenda ser uma inovação, é direcionada pela lógica de mercado.

- 3 Do texto se deduz que as práticas da gestão social pressupõem o trabalho dos gestores públicos e dos tomadores de decisão da iniciativa privada.
- 4 Compreende-se do texto que a diferença básica entre a gestão social e as outras duas formas de gestão é que, na gestão social, a tomada de decisão é consensual.
- 5 Depreende-se do texto que um dos desafios da gestão social é superar uma cultura política tradicional que permeia o mundo das organizações sociais e empreender parcerias efetivas entre sociedade civil e poderes públicos que reconheçam e estimulem o real potencial dos grupos implicados.

Com relação aos aspectos linguísticos e estruturais do texto, julgue os itens de 6 a 12.

- 6 Na linha 1, as vírgulas que intercalam “fundamentalmente” podem ser suprimidas, sem prejuízo para a correção gramatical do texto.
- 7 O vocábulo “suas” (linha 7) tem como referente o vocábulo “gestão” (linha 6).
- 8 Ainda que houvesse alteração dos sentidos originais do texto, seria mantida a correção gramatical caso a forma verbal “ocorre” (linha 9) fosse substituída por **ocorrida**, com as devidas flexões de “norteada” (linha 10) e “fundada” (linha 11), da seguinte forma: **a tomada de decisão coletiva ocorrida por meio da democracia deliberativa, sem coerção, norteia-se pela ação racional e funda-se na dialogicidade e intersubjetividade do processo, que visa à emancipação como fim último**.
- 9 Na linha 10, sem configurar erro gramatical, o vocábulo “coerção” pode ser substituído por **coaço** ou por **repressão**.
- 10 Na linha 12, o emprego do acento grave indicativo de crase decorre da regência da forma verbal “visa” e da presença do artigo feminino que define o nome “emancipação”.
- 11 No texto, o segmento “para uma finalidade econômica” (linhas 15 e 16) funciona como complemento da forma verbal “se orienta” (linha 15).
- 12 Na linha 21, a supressão de “também” não provoca prejuízos à correção gramatical e aos sentidos originais do texto.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referam-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Julgue os itens de **13** a **17** quanto ao Microsoft PowerPoint 2013, ao sistema operacional Windows 10 e aos conceitos básicos de redes de computadores.

- 13** No PowerPoint 2013, ao clicar o botão indicado pelo círculo –  –, será possível adicionar comandos à barra de ferramentas de acesso rápido.
- 14** No PowerPoint 2013, para que uma marca d'água seja removida de um *slide*, é necessário que ele seja removido por completo, já que não é possível remover somente a marca-d'água.
- 15** No Windows 10, o botão Voltar –  – está presente na maior parte dos aplicativos, encontrando-se, normalmente, no canto superior esquerdo da maioria das telas.
- 16** A única forma de sair da Tela de Bloqueio do Windows 10, utilizando o teclado, é pressionando a tecla  deste dispositivo.
- 17** Os protocolos FTP, Telnet, SNMP e SMTP são protocolos destinados à transferência de arquivos entre computadores localizados na Internet.

Julgue os itens de **18** a **22**, relativos ao programa de navegação Mozilla Firefox, em sua versão mais atual, ao programa de correio eletrônico MS Outlook 2016 e aos procedimentos de segurança da informação.

- 18** O Firefox não pode ser instalado no Windows 10, uma vez que ele não é compatível com esse sistema operacional.
- 19** A barra de pesquisa do Firefox,  , é destinada, exclusivamente, a pesquisar palavras localizadas na página atual. Esse mesmo recurso pode ser ativado usando as teclas de atalho .
- 20** A pasta Contatos do MS Outlook 2016 pode ser compartilhada com outras pessoas.
- 21** No MS Outlook 2016, é perfeitamente possível importar uma lista de contatos de outros programas, como, por exemplo, do Excel, diretamente em uma lista de distribuição.
- 22** Um dos procedimentos de segurança da informação que podem ser adotados pelas organizações é a assinatura de um termo de compromisso pelos seus funcionários. Nesse documento, está descrita uma série de responsabilidades, como manter o sigilo das informações organizacionais, entre outras.

Acerca das propriedades da radiação, dos conjuntos numéricos e da compreensão de estruturas lógicas, julgue os itens de **23** a **25**.

- 23** Considerando-se n e p como pertencentes ao conjunto dos números naturais, $n \neq 0$ e $p \neq 0$, é correto afirmar que

$$n + 1 \sqrt{n} \sqrt{n+1} \sqrt{\frac{1}{p^{-n^3+2n^2-n}}} = \frac{1}{p}.$$

- 24** Considerando-se Z como o conjunto dos números inteiros, Q como o conjunto dos números racionais e X^c como o complementar do conjunto X , é correto afirmar que $(Z^c \cup Q^c)^c = Z$.
- 25** Considerando-se X^c como o complementar do conjunto X e dados os conjuntos A e B , é correto afirmar que $A \subset B = (A \cap B^c)^c$.

A respeito do princípio da contagem, de permutações e de probabilidade, julgue os itens **26** e **27**.

- 26** A quantidade de maneiras distintas de se escrever a palavra AUXILIAR é inferior a 10.000.
- 27** Escrevendo-se cada letra da palavra AUXILIAR em uma bola e colocando as oito bolas em uma urna, a probabilidade de se retirar duas bolas e ambas serem consoantes é superior a 12%.

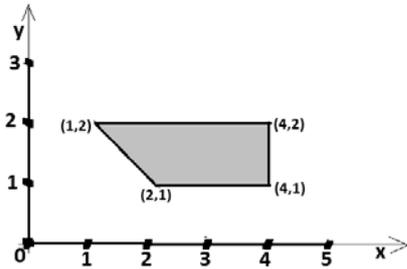
Quanto às grandezas direta e inversamente proporcionais, julgue os itens **28** e **29**.

- 28** Três números são inversamente proporcionais a 2, 3, 4 e 5. Sabendo-se que somam 124, é correto afirmar que seu produto é inferior a 60.000.
- 29** Um veículo percorre a distância d em t minutos. Sendo assim, um acréscimo de 25% em sua velocidade média fará com que o tempo seja reduzido em 20%.

RASCUNHO

Com relação a equações e inequações, julgue o item **30**.

- 30** O trapézio indicado no gráfico abaixo representa corretamente o conjunto-solução para o seguinte sistema de inequações: $I_1 : y \leq -x + 3$; $I_2 : y \geq 1$; $I_3 : x \leq 4$; e $I_4 : y \leq 2$.



No que se refere a sistemas de medidas e a cálculo de volumes, julgue o item **31**.

- 31** Sabe-se que o volume de um cone circular reto é dado pela fórmula $V = \frac{1}{3} \pi r^2 h$, em que r é o raio da base do cone e h , sua altura. Sendo assim, ao aumentar o raio em 10% e reduzir a altura em 20%, ocorrerá uma redução de seu volume em mais de 3%.

Se n for um número natural diferente de 1, então n pode ser decomposto como um produto de fatores primos, de modo único, a menos da ordem dos fatores;
Ora,
 n não é um número natural diferente de 1;
Então,
 n não pode ser decomposto como um produto de fatores primos, de modo único, a menos da ordem dos fatores.

Acerca do silogismo acima, julgue o item **32**.

- 32** É correto afirmar que o silogismo é válido, ou seja, sua conclusão é obrigatória a partir das duas premissas.

RASCUNHO

Bento Costa Lima Leite, novo ministro de Minas e Energia, recebeu o cargo do ex-titular da pasta Moreira Franco, no dia 2 de janeiro de 2019, na sede do MME. Também defendeu maior protagonismo da mineração no desenvolvimento do País e menos preconceito dos brasileiros em relação à energia nuclear.

Internet: <www.correiobrasiliense.com.br> (com adaptações).

Com base nas ideias expressas no texto acima e em temas correlatos, julgue os itens de **33** a **36**.

- 33** O novo ministro de Minas e Energia é ligado à área de desenvolvimento de tecnologias nucleares da Marinha do Brasil.
- 34** Ao defender a energia nuclear, o novo ministro sinaliza integrar o grupo de membros do governo que defende a finalização das usinas nucleares em construção na Amazônia.
- 35** O “preconceito dos brasileiros em relação à energia nuclear” se explica por ser essa fonte tida como uma das maiores emissoras de gases de efeito estufa.
- 36** O ministro, integrante do novo governo que assumiu em janeiro último, assegurou a continuidade do processo de privatização da Eletrobras.

Os preços ao consumidor da Venezuela subiram 1,3 milhão por cento no ano nos últimos doze meses até novembro, informou, no dia 10 de dezembro de 2018, a Assembleia Nacional, que é controlada pela oposição, à medida que a hiperinflação e a recessão econômica vêm pressionando o país-membro da Opep.

Internet: <<https://g1.globo.com>> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens de **37** a **40**.

- 37** A Venezuela integra a Opep por estar, atualmente, entre os maiores produtores e consumidores de petróleo do mundo.
- 38** Todos os integrantes do grupo de Lima, criado para propor soluções para a crise venezuelana, declararam, no início de janeiro último, não reconhecer o governo do presidente Nicolás Maduro.
- 39** A crise econômica na Venezuela é concomitante à instabilidade política, situação que se arrasta há anos, provocando êxodo de boa parte da população nacional.
- 40** Nicolás Maduro foi reeleito para um segundo mandato em eleições ocorridas em 2018, em pleito não reconhecido pelos Estados Unidos, pela União Europeia e por diversos países da América Latina.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

A ética e a moral servem como parâmetro para a tomada de decisões da humanidade. Contudo, a moral de hoje pode ser diferente da moral do futuro, o que a torna relativa, sendo variável de acordo com o tempo e a cultura.

Já a ética é considerada como universal e deve ser seguida por todos os cidadãos e servidores públicos. Para estes últimos, é necessário que também sejam observados os chamados Códigos de Ética, que norteiam suas ações e devem sempre buscar o bem comum.

Assim, um dos importantes instrumentos para combater a corrupção nas empresas públicas, nos órgãos e nas entidades da Administração Pública são as Comissões de Ética.

Apesar de não possuírem prerrogativa de aplicarem penas de demissão, elas podem aplicar pena de censura ao servidor e fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética.

De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n.º 1.171/1994) e com o texto acima, julgue os itens de **41** a **50**.

- 41** Para fins de apuração do comprometimento ético, aquele que, por força de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza excepcional, sem retribuição financeira, ligado indiretamente a um órgão do poder estatal, não será considerado como servidor público.
- 42** A respeito das Comissões de Ética, a seguinte afirmativa presente no texto: “Apesar de não possuírem prerrogativa de aplicarem penas de demissão, elas podem aplicar pena de censura ao servidor” está incorreta, uma vez que é possível que as referidas Comissões apliquem penas de demissão, suspensão e censura.
- 43** Não cabe ao servidor público decidir entre o honesto e o desonesto, devendo ele decidir somente entre o legal e o ilegal e sendo possível desprezar o elemento ético de sua conduta.
- 44** A omissão de todo e qualquer ato administrativo enseja comprometimento ético contra o bem comum.
- 45** A afirmativa “Assim, um dos importantes instrumentos para combater a corrupção nas empresas públicas, nos órgãos e nas entidades da Administração Pública são as Comissões de Ética” está parcialmente incorreta, uma vez que o Decreto n.º 1.171/1994 aplica-se somente à administração direta do Poder Executivo Federal, e não à administração indireta.
- 46** A distinção entre o bem e o mal não é suficiente para caracterizar a moralidade da Administração Pública, ela deve ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum.
- 47** O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar.
- 48** Os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia da vida privada do servidor público poderão diminuir o bom conceito em sua vida funcional.

- 49** A ética e a moral servem de parâmetro para a tomada de decisões, mas não são palavras sinônimas.
- 50** O servidor público que deixar qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não incorrerá apenas em atitude contra a ética ou em ato de desumanidade, mas principalmente em grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.

Em relação ao Regimento Interno do Conselho Regional de Administração do Paraná (CRA-PR) e ao exame de cada processo relatado por conselheiro, julgue os itens **51** e **52**.

- 51** O relator terá preferência na defesa de seu parecer, tendo direito apenas à réplica.
- 52** Nenhum conselheiro poderá reter injustificadamente os processos que lhe forem distribuídos por mais de dez dias.

No que se refere ao Regimento Interno do CRA-PR, julgue os itens **53** e **54**.

- 53** As eleições para a composição do órgão de direção ocorrerão na 1.ª quinzena do mês de janeiro do ano subsequente ao em que ocorreu a renovação dos mandatos.
- 54** O presidente e o vice-presidente do CRA serão eleitos pelo Plenário pelo voto aberto e por maioria qualificada.

Quanto à Lei n.º 4.769/1965, julgue os itens **55** e **56**.

- 55** Os Conselhos Regionais aplicarão penalidade aos infratores, que poderá ser, entre outras, a suspensão de seis meses a um ano ao profissional que demonstrar incapacidade técnica no exercício da profissão, assegurando-lhe ampla defesa.
- 56** No caso de reincidência da mesma infração, praticada dentro do prazo de cinco anos, após a primeira, além da aplicação da multa em dobro, será determinado o cancelamento do registro profissional.

A partir da Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens de **57** a **60**.

- 57** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, aplicada após regular processo administrativo e que será descontada da garantia do respectivo contratado.
- 58** O contratado e o contratante são responsáveis pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 59** Na execução do contrato, o contratado não pode subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento.
- 60** O contratado é obrigado a reparar, reconstruir ou substituir, às suas expensas, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens de **61** a **65** acerca dos princípios da Administração Pública.

- 61** Os direitos fundamentais esvaziam o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular na medida em que funcionam como limite contramajoritário.
- 62** O princípio da autotutela encerra verdadeiro poder-dever, impondo à Administração que, constatando irregularidade, tome a iniciativa de restaurar a observância da legalidade.
- 63** O princípio da proteção da confiança abrange inclusive o poder normativo da Administração, resguardando os administrados contra a ruptura repentina da disciplina vigente.
- 64** O princípio da precaução privilegia medidas preventivas como forma de se evitarem danos irreversíveis ou de difícil reparação.
- 65** Em termos práticos, razoabilidade e proporcionalidade, no âmbito da Administração, são consideradas como institutos jurídicos sinônimos.

Julgue os itens de **66** a **70** a respeito do poder de polícia.

- 66** Os atos praticados no exercício do poder de polícia tanto podem consistir em determinações de ordem pública (ordenar que se faça) quanto em consentimentos dispensados aos administrados (permitir que se faça).
- 67** Por força do contraditório e da ampla defesa, a fiscalização exercida em razão do poder de polícia assume viés essencialmente repressivo, e não preventivo, apenando transgressões quando estas ocorram.
- 68** Os direitos fundamentais funcionam como contraponto ao exercício do poder de polícia, limitando-o.
- 69** O poder de polícia, embora muitas vezes se revista de grande margem de discricionariedade, não está imune a amplo controle judicial, mesmo no que toca a aspectos de conveniência e de oportunidade da medida adotada.
- 70** Os atos praticados no exercício do poder de polícia ostentam autoexecutoriedade, que permite sua concretização imediata, inclusive no que diz respeito à cobrança de multas.

No que concerne aos atos administrativos, julgue os itens de **71** a **75**.

- 71** O ato administrativo perfeito é aquele que, tendo concluído seu ciclo de formação, já desencadeou e exauriu seus efeitos jurídicos.
- 72** O ato administrativo é exequível quando a Administração possui todas as condições necessárias para dar-lhe operatividade.
- 73** O ato administrativo é eficaz quando possui aptidão para produzir efeitos, ainda que estes estejam submetidos à condição ou a termo ainda não implementados.
- 74** Para a doutrina que os admite, os chamados atos administrativos inexistentes são aqueles que, embora reúnam todos os elementos qualificadores, são praticados com ofensa à legalidade.
- 75** O ato administrativo imperfeito existe, mas é ineficaz.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do STF, julgue os itens de **76** a **80** quanto ao mandado de segurança.

- 76** O mandado de segurança pressupõe direito líquido e certo, de modo que a controvérsia acerca de matéria jurídica não autorizará a concessão da segurança.
- 77** O mandado de segurança preventivo impetrado contra ameaça de lesão conserva seu objeto e interesse processual ainda quando o risco se traduza em efetiva violação.
- 78** O rito especial do mandado de segurança é compatível com as variadas modalidades de intervenção de terceiros.
- 79** No caso de prestações continuadas que protraíam no tempo, o prazo decadencial para impetração de mandado de segurança tem início com a data em que for aperfeiçoada a primeira lesão.
- 80** Embora o mandado de segurança pressuponha, como regra geral, provas pré-constituídas, é admissível a requisição pelo impetrante de documentos constantes de repartições públicas.

Conforme a CF e a jurisprudência do STF, julgue os itens de **81 a 85** acerca dos princípios gerais da atividade econômica.

- 81** Livre iniciativa e livre concorrência são, para fins constitucionais, expressões sinônimas que fundam a base da ordem econômica nacional.
- 82** É constitucional, e não atenta contra o livre exercício de atividade econômica ou profissional, a lei municipal que, no exercício de competência dada pela Carta, limita, no plano diretor, a instalação de estabelecimentos comerciais, de um mesmo ramo, em determinada área.
- 83** É inconstitucional, por atentar contra o livre exercício de atividade econômica ou profissional, a conduta do Fisco de condicionar emissão de documentos fiscais à prestação de caução pelo contribuinte como garantia tributária das operações futuras.
- 84** É inconstitucional, por atentar contra o livre exercício de atividade econômica ou profissional, a conduta do Fisco de condicionar a concessão de regime especial de tributação à apresentação de certidão negativa de débitos.
- 85** É inconstitucional, por atentar contra o livre exercício de atividade econômica ou profissional, a conduta do Fisco de apreender mercadorias como meio coercitivo para pagamento de débitos tributários.

Segundo a CF e a jurisprudência do STF, julgue os itens de **86 a 90**, concernentes ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à fiscalização orçamentária e financeira.

- 86** Não colide com as atribuições do TCU a competência da Controladoria-Geral da União de fiscalizar, internamente, a aplicação de verbas federais provenientes do orçamento do Executivo.
- 87** É vedado aos tribunais de contas, que são estranhos à estrutura do Poder Judiciário, realizar controle de constitucionalidade.
- 88** A fiscalização orçamentária e financeira desempenhada pelo TCU alcança a possibilidade legal de revisão preventiva e prévia da validade de contratos administrativos celebrados pelo Poder Público.
- 89** Ao TCU é garantida a possibilidade do exercício de poder geral de cautela para indisponibilidade de bens de possíveis responsáveis por lesão ao erário.
- 90** Não é a natureza ou a instância federativa a que se vincula determinado ente que atrai ou não a competência do TCU, mas sim a origem dos recursos versados.

Com relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e à interpretação dos dispositivos legais, julgue os itens de **91 a 94**.

- 91** A lei posterior somente revoga a lei anterior quando expressamente assim o declare.
- 92** A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o direito adquirido, a coisa julgada e o ato jurídico perfeito, este último reputado como aquele já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- 93** A lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, salvo disposição em contrário.
- 94** Segundo a teoria objetiva de interpretação, o intérprete deve se ater à real vontade das leis, à *mens legis*, desligando-se do seu elaborador.

Quanto aos fatos e atos jurídicos, julgue os itens de **95 a 98**.

- 95** Consideram-se como fatos jurídicos os acontecimentos que, de forma direta ou indireta, ocasionem efeitos jurídicos.
- 96** Salvo disposição em contrário, a validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, à transferência, à modificação ou à renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País independe de escritura pública.
- 97** As consequências dos atos jurídicos em sentido estrito são reguladas e determinadas pela manifestação de vontade do agente.
- 98** Nas declarações de vontade, atender-se-á mais à intenção nelas consubstanciada que ao sentido literal da linguagem.

No que tange ao direito de família, julgue os itens de **99 a 102**.

- 99** De acordo com a teoria eclética, o casamento é um negócio jurídico bilateral *sui generis*, sendo um contrato quanto aos aspectos de sua formação e uma instituição no que toca a seu conteúdo.
- 100** O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos.
- 101** Os maiores de setenta anos de idade podem se casar em regime de separação de bens, desde que com autorização judicial.
- 102** O bem de família voluntário somente pode ser instituído por testamento ou instrumento particular, desde que não ultrapasse um terço do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição.

Julgue os itens de **103 a 105** a respeito dos registros públicos.

- 103** Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento, pelo assento de óbito ou pela primeira certidão respectiva.
- 104** Quando a lei criar novo cartório, e enquanto este não for instalado, os registros continuarão a ser feitos no cartório que sofreu o desmembramento, sendo necessário repeti-los no novo ofício após sua instalação.
- 105** Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, necessariamente no lugar em que tiver ocorrido o parto, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado, em até três meses, para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório.

Julgue os itens de **106 a 110**, relativos ao processo de execução.

- 106** Em execução fiscal, o prazo de um ano de suspensão do processo e o prazo posterior para que ocorra a prescrição intercorrente têm início automaticamente a partir da ciência da Fazenda Pública da não localização ou da inexistência de bens do devedor.
- 107** A interrupção do prazo de prescrição intercorrente em execução fiscal pressupõe efetiva constrição patrimonial, não bastando o mero peticionamento em juízo pela Fazenda.
- 108** Com a sobrevinda do CPC de 2015, não mais são cabíveis honorários sucumbenciais em cumprimento individual de sentença proferida em ação coletiva que não haja sido impugnada pela Fazenda Pública.
- 109** Nas execuções em geral, as medidas expropriatórias não observam necessária gradação, sendo possível à parte desinteressada na adjudicação ou na alienação por iniciativa particular o pronto requerimento de alienação em leilão judicial.
- 110** A complementariedade e a subsidiariedade da obrigação alimentar dos avós não têm o condão de atenuar a prisão civil como técnica coercitiva.

Acerca dos honorários advocatícios, julgue os itens de **111 a 115**.

- 111** O Supremo Tribunal de Justiça, em verificando a inobservância indevida dos parâmetros de cálculo de honorários fixados pelo CPC de 2015, deverá, ao reformar o acórdão, já calculá-los, a bem da razoável duração do processo.
- 112** Os honorários advocatícios contratuais são contemplados pelas despesas processuais em sentido amplo e, por consequência, nos ônus sucumbenciais quando houver requerimento expresso nesse sentido.
- 113** A multa de 10% devida em razão do não pagamento espontâneo em cumprimento de sentença condenatória em obrigação de pagar quantia certa integra a base de cálculo dos honorários sucumbenciais para a fase de execução.
- 114** Os honorários periciais são contemplados pelas despesas processuais em sentido amplo e, por consequência, nos ônus sucumbenciais.
- 115** Nos cumprimentos de sentença em geral, somente há de se falar em honorários sucumbenciais se houver resistência do devedor.

No que se refere à ordem dos processos de competência originária dos tribunais, julgue os itens de **116 a 120**.

- 116** O incidente de assunção de competência, que independe de multiplicidade de processos, depende de provocação do relator, não podendo ser suscitado por requerimento da parte integrante do caso concreto.
- 117** O prévio pronunciamento do Plenário ou do órgão especial do tribunal não desonera a turma ou a câmara de nova remessa de arguição de inconstitucionalidade sobre uma mesma questão àquele colegiado, dispensa esta que somente tem lugar quando houver posicionamento do Supremo Tribunal Federal.
- 118** O conflito de competência, positivo ou negativo, uma vez suscitado, suspende automaticamente o processo.
- 119** O precedente firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas alcança os processos que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região.
- 120** A reclamação para garantia de observância de enunciado de súmula vinculante ou de acórdão proferido em incidente de resolução de demandas repetitivas ou em incidente de assunção de competência tem lugar tanto quando a decisão reclamada deixar de aplicar o entendimento a casos que deveriam ser por ele alcançados quanto quando o entendimento é aplicado indevidamente a caso por ele não contemplado.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Início, pois, minha palestra com estas perguntas: que é uma Constituição? Qual é a verdadeira essência de uma Constituição? Em todos os lugares e a toda hora, à tarde, pela manhã e à noite, estamos ouvindo falar da Constituição e de seus problemas constitucionais. Na imprensa, nos clubes, nos cafés e nos restaurantes, é este o assunto obrigatório de todas as conversas.

E, apesar disso, ou por isso mesmo, formulada em termos precisos esta pergunta: qual será a verdadeira essência, o verdadeiro conceito de uma Constituição? Estou certo de que, entre essas milhares de pessoas que falam dela, existem muito poucos que possam dar-nos uma resposta satisfatória.

Ferdinand Lassalle. **O que é uma Constituição?** São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1933 (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Ordenamento jurídico, Constituição e norma fundamental

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) objeto da Constituição;
- b) elementos da Constituição; e
- c) supremacia da Constituição.